PARECER N° /2022

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 5/2022

AUTOR: MESA DIRETORA

RELATOR: VEREADOR CLÉBER CANOA

1. RELATÓRIO

O Projeto de Resolução n.º 5/2022 é de iniciativa da Mesa Diretora desta Casa, que busca, por meio dele, autorização para dispor sobre a implantação do Programa Câmara Digital no âmbito da Câmara Municipal de Unai.

2. Recebido e publicado no quadro de avisos em 18 de outubro de 2022, o projeto sob comento foi distribuído à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, que exarou parecer e votação favoráveis à aprovação do projeto.

3. Em seguida, a matéria foi distribuída nesta Comissão, que designou este Vereador como relator, para exame e parecer nos termos regimentais.

4. Cumpre dizer que, antes da análise da Comissão de Justiça, o autor requereu à Presidente da Comissão de Justiça a juntada ao processo da estimativa de impacto orçamentário e financeiro do projeto (fls.18-22), bem como da sua justificativa (fls. 23-25), que, por lapso, não compôs a matéria quando de sua protocolização.

5. É o relatório. Passa-se a fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

6. A competência desta comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, “d” e “g”, da Resolução n.º 195/1992, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

(...)

d) repercussão financeira das proposições;

(...)

g) aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição de receita e despesa;

(...)

7. Conforme já dito no sucinto relatório, o Projeto de Resolução n.º 5/2022 tem por escopo dispor sobre a implantação do Programa Câmara Digital no âmbito da Câmara Municipal de Unai.

8. Em sua justificativa, às fls. 23-25, a Mesa Diretora explica que “a ideia do programa “Câmara Digital” é substituir o papel pela tecnologia digital, gerando economia e eficiência nos processos administrativos e legislativos. Para tanto, pretende-se contratar três sistemas, quais sejam, Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos – Módulo protocolo Eletrônico, Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos – Módulo Administrativo de Gerenciamento Interno e Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos – Módulo Tramitação de Processos Legislativo”. A Autora pondera, ainda, que “o Governo Digital, neste caso Câmara Digital, vai ao encontro da desburocratização, da modernização, da simplificação de processos e do uso da tecnologia para otimizar o trabalho prestado à sociedade.”

9. Pela justificativa da Autora, vê-se que a implementação do projeto poderá causar impacto nas finanças desta Câmara Legislativa, razão pela qual cabe a este Relator analisar a matéria sob o prisma da potencialidade desse impacto.

10. A geração de despesa pública está disciplinada nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, sendo possível desde que conste no processo a declaração do ordenador de despesa de que o aumento tenha adequação com as peças orçamentárias (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA)

e a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, sendo ressalvado dessas formalidades a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a LDO. Esta considera despesas irrelevantes aquelas cujo valor anual não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, nos casos de investimentos e de despesas de manutenção e custeio, respectivamente. Vê-se, pelos documentos de fls.18-22, que a despesa de implantação e manutenção do Programa Câmara Digital, que soma R\$ 10 mil em 2022, R\$ 48 mil em 2023 e R\$ 60 mil em 2024, é considerada despesa irrelevante, já que o gasto anual, a valor presente, não ultrapassa os R\$ 54 mil previstos no inciso II do caput do artigo 75 da referida Lei; sendo desnecessária, portanto, maiores considerações relacionadas ao equilíbrio fiscal. O que se quer dizer é que a implantação do Programa Câmara Digital não possui envergadura suficiente para comprometer o orçamento desta Casa de Leis, sobretudo pela irrelevância do seu custo, devendo-se levar em consideração, ainda, que o projeto tem potencial para gerar economia para a Câmara, vez que a intenção é diminuir de maneira significativa ou até zerar o gasto com papel e impressão, no âmbito deste Poder Legislativo.

11. Assim sendo, não enxergo quaisquer óbices quanto aos aspectos financeiros e orçamentários aqui analisados, merecendo a matéria destacada ser aprovada pelos Nobres Edis desta Casa de Leis.

3. CONCLUSÃO

12. **Ante o exposto**, voto pela aprovação do Projeto de Resolução n.º 5/2022.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 29 de novembro de 2022.

VEREADOR CLÉBER CANOA
Relator Designado